ISSN: 2358-8829

PROGRAMA PÉ-DE-MEIA E PERMANÊNCIA ESCOLAR: ANÁLISE DA FREQUÊNCIA, DO DESEMPENHO E DAS PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL

Maria Luciene Andrade Silva [1]
Dairla Luzianne Cândido de Araújo [2]
Rosélia Pereira Dinoah Aguiar [3]
Douglas Wilson Silva Santana [4]

INTRODUÇÃO

A permanência dos estudantes no ensino médio constitui um dos desafios centrais das políticas educacionais brasileiras. A ampliação do acesso a essa etapa da educação básica não elimina, por si só, desigualdades relacionadas às condições econômicas, às trajetórias escolares, às expectativas juvenis e às experiências construídas no interior das instituições. Krawczyk (2011) chama atenção para a necessidade de compreender o ensino médio a partir das condições concretas das instituições, das políticas educacionais e da realidade social, econômica e política que atravessa as trajetórias dos jovens.

É nesse cenário que se insere o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024 e regulamentado pelo Decreto nº 11.901/2024. A política estabelece incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, para estudantes do ensino médio público que atendam aos critérios de elegibilidade. Entre seus objetivos estão estimular a permanência no ensino médio, mitigar efeitos das desigualdades sociais sobre a permanência e a conclusão, reduzir retenção, abandono e evasão, além de contribuir para a inclusão social pela educação (BRASIL, 2024a; BRASIL, 2024b).

O Decreto nº 11.901/2024 estabelece, ainda, que o Incentivo Frequência possui como requisito a frequência escolar mínima de 80% das horas letivas, aferida pela média do período transcorrido ou pela frequência mensal, conforme regulamentação do Ministério da Educação (BRASIL, 2024b). A frequência, portanto, ocupa posição

[1] Mestre pelo Curso de Educação da Universidade de Pernambuco - UPE, maluandrade3@hotmail.com
[2] Mestranda do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, dairla.candido@ufpe.br;
[3] Mestranda do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, roselia.aguiar@ufpe.br;
[4] Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambucoidade Federal - UFPE, douglas.wssantana@adm.educacao.pe.gov.br;

ISSN: 2358-8829

central na operacionalização da política, mas não se confunde com a totalidade das condições necessárias à permanência.

A existência de uma política formulada para determinada finalidade, contudo, não permite concluir automaticamente que seus efeitos serão produzidos da mesma maneira em todos os contextos. Ball, Maguire e Braun (2012) propõem compreender as políticas educacionais a partir de sua colocação em ação em contextos concretos. Em vez de pensar a escola apenas como espaço de implementação de decisões externas, os autores analisam o trabalho realizado por sujeitos e instituições para interpretar e traduzir políticas em práticas, considerando condições materiais, culturais, institucionais e humanas.

Essa perspectiva é particularmente produtiva para analisar o Pé-de-Meia. A política é nacional, possui critérios administrativos e estabelece regras de frequência e de pagamento, mas é vivenciada por estudantes com trajetórias distintas, em escolas concretas e em contextos sociais específicos. Assim, a relação entre política, frequência e permanência precisa ser investigada, considerando tanto os dados objetivos da trajetória escolar quanto os sentidos atribuídos pelos próprios estudantes ao benefício e à escolarização.

Os dados da presente pesquisa também indicaram a necessidade de compreender o significado atribuído pelos jovens à escola. As respostas ao questionário mostram que o Pé-de-Meia é reconhecido como incentivo, mas universidade, projeto de vida, trabalho e relações escolares aparecem como fatores relevantes para a continuidade dos estudos. Essa dimensão pode ser aprofundada a partir de Charlot (1996; 2000), para quem a relação com a escola e com o saber envolve sentidos construídos pelo sujeito em sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo. A escolarização, nessa perspectiva, não é vivenciada de maneira homogênea: diferentes estudantes atribuem sentidos diferentes ao ato de estudar, aprender e permanecer na escola.

Diante disso, o presente estudo parte da seguinte questão: como a frequência, o desempenho acadêmico e as percepções dos estudantes ajudam a compreender a relação entre o Programa Pé-de-Meia e a permanência escolar em uma escola pública de ensino médio integral de Pernambuco?

O objetivo geral é analisar essa relação a partir da articulação entre dados de elegibilidade, frequência, desempenho acadêmico e percepções dos estudantes. Como objetivos específicos, busca-se: a) caracterizar a situação dos estudantes quanto à

ISSN: 2358-8829

elegibilidade; b) analisar os registro de frequência entre fevereiro e maio de 2026; c) examinar a relação descritiva entre frequência e desempenho; d) identificar grupos de maior vulnerabilidade escolar; e) analisar as perceções dos estudantes sobre o papel do Pé-de-Meia, da escola, do pertencimento e dos projetos de futuro na permanência escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como quanti-qualitativa, descritivo-exploratória, desenvolvida na perspectiva de estudo de caso em uma escola pública de ensino médio integral de Pernambuco. O desenho metodológico foi organizado para permitir a triangulação de três conjuntos de informações: dados administrativos e escolares de estudantes, registros de desempenho acadêmico e respostas a questionário aplicado aos estudantes.

A primeira fonte foi a planilha escolar atualizada em 6 de outubro de 2026, contendo 313 registros. A base reuniu informações relativas a matrícula no Pé-de-Meia, nome do estudante, série, sexo, raça/cor, média do primeiro trimestre, situação de elegibilidade e frequência escolar nos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2026.

Na base, 198 estudantes estavam classificados como ELEGÍVEL, 50 como NÃO ELEGÍVEL e 65 como S/INFO. A categoria S/INFO foi preservada como categoria própria e não foi convertida em “não elegível”, uma vez que ausência de informação não equivale a inelegibilidade. Essa decisão metodológica é importante para evitar distorções na composição dos grupos.

A segunda dimensão correspondeu às notas do primeiro trimestre de 2026. A média geral de todos os estudantes foi de 6,83. Entre os estudantes elegíveis, a média foi de 6,77; entre os não elegíveis, 7,52; entre os estudantes sem informação de elegibilidade, a média foi de 6,46.

A terceira fonte foi um questionário respondido por 103 estudantes. O instrumento investigou a identificação do estudante como beneficiário ou não beneficiário, sua percepção acerca da contribuição do Pé-de-Meia para a frequência e a permanência, fatores associados à continuidade dos estudos, sentimento de pertencimento e acolhimento pelos professores.

Dos 103 respondentes, 70 (68,0%) declararam-se beneficiários, 24 (23,3%) afirmaram não ser beneficiários e 8 (7,8%) declararam não saber. Quanto à série, 58

ISSN: 2358-8829

estudantes eram do primeiro ano, 28 do segundo e 16 do terceiro, com um registro sem informação correspondente.

Para a análise da frequência, foi utilizado como referência o patamar de 80%, em consonância com as regras do Programa.

No tratamento dos dados, foram calculadas frequências absolutas, percentuais, médias e correlação de Pearson entre a média de frequência dos quatro meses e a média acadêmica. A correlação foi utilizada exclusivamente como indicador descritivo de associação, não como demonstração de causalidade.

Para a análise integrada, foi calculada a média simples dos percentuais de frequência registrados em fevereiro, março, abril e maio para cada estudante com dados válidos. Essa medida não deve ser confundida com a frequência acumulada oficial utilizada para processamento do benefício, que pode ser calculada segundo as regras específicas do Programa. Seu uso neste estudo tem finalidade analítica e comparativa entre os registros escolares.

Foram também identificados quatro grupos analíticos entre os estudantes com situação de elegibilidade, frequência e nota válidas: a) frequência média igual ou superior a 80% e média acadêmica igual ou superior a 6,0; b) frequência inferior a 80% e média acadêmica igual ou superior a 6,0; c) frequência igual ou superior a 80% e média acadêmica inferior a 6,0; d) frequência inferior a 80% e média acadêmica inferior a 6,0.

A análise qualitativa concentrou-se nas respostas do questionário e em sua articulação com os dados quantitativos. A triangulação foi organizada em categorias como incentivo à frequência, permanência, aprendizagem, acolhimento, pertencimento, projeto de futuro e vulnerabilidade. O objetivo foi identificar convergências, complementaridades e tensões entre aquilo que os dados escolares registram e aquilo que os estudantes relatam.

Em razão da natureza dos dados, não se pretende estabelecer relação causal entre elegibilidade, recebimento do benefício, frequência, desempenho e permanência. Elegibilidade administrativa, recebimento efetivo, frequência escolar, desempenho acadêmico e percepção dos estudantes constituem variáveis distintas. Além disso, a base escolar não permite controlar todas as variáveis socioeconômicas, familiares, pedagógicas e individuais que podem interferir nas trajetórias.

ISSN: 2358-8829

Foram utilizados dados agregados na apresentação dos resultados, sem exposição de nomes ou identificadores individuais dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O Pé-de-Meia e o desafio da permanência no ensino médio

O Programa Pé-de-Meia integra o conjunto de ações públicas que procuram enfrentar obstáculos à continuidade dos estudos no ensino médio. Ao prever um incentivo financeiro para estudantes que atendam aos critérios estabelecidos, a política reconhece que as condições materiais podem interferir na trajetória escolar. A Lei nº 14.818/2024 e o Decreto nº 11.901/2024 definem seus objetivos e regras, entre elas as exigências associadas à frequência. Esses dispositivos delimitam o desenho normativo da política; não demonstram, por si mesmos, seus resultados em cada escola.

É importante distinguir frequência, permanência e aprendizagem. A frequência corresponde à presença registrada; a permanência envolve a continuidade do vínculo escolar ao longo do tempo; e a aprendizagem diz respeito aos conhecimentos e às habilidades desenvolvidos. Embora relacionadas, essas dimensões não são intercambiáveis. Um estudante pode manter frequência adequada e enfrentar dificuldades acadêmicas, assim como pode apresentar resultados satisfatórios em determinado período mesmo com faltas. Por isso, avaliar uma política voltada à permanência requer observar mais de um indicador.

Krawczyk (2011) situa o ensino médio em meio a desafios sociais, políticos e institucionais que afetam sua organização e a experiência dos jovens. Essa contribuição permite considerar que a escola não é apenas o local em que uma política é executada: é também um espaço atravessado por desigualdades, expectativas e relações que influenciam as trajetórias. No presente estudo, esse enquadramento orienta a leitura dos dados sem pressupor que o incentivo financeiro seja suficiente para explicar a permanência.

3.2 Política pública e contexto da prática

A abordagem do ciclo de políticas associada a Stephen Ball oferece uma maneira de analisar políticas educacionais para além de seus textos normativos. A formulação de uma política, sua interpretação e sua realização nos contextos

ISSN: 2358-8829

institucionais são dimensões relacionadas, mas não idênticas. Entre o desenho oficial e a experiência concreta existem condições, decisões e práticas que interferem no modo como uma iniciativa é compreendida e vivida.

Aplicada ao Pé-de-Meia, essa perspectiva recomenda examinar conjuntamente as regras de elegibilidade e frequência, os registros escolares e as percepções dos estudantes. O objetivo não é presumir que a escola altere as regras do Programa nem afirmar efeitos que os dados não demonstram, mas compreender como uma política nacional se relaciona com trajetórias concretas. A análise dos registros pode apontar situações que exigem acompanhamento; as respostas dos estudantes, por sua vez, ajudam a identificar o lugar atribuído ao incentivo em meio a outras motivações e experiências escolares.

Essa abordagem também exige cautela com as conclusões. Diferenças entre estudantes elegíveis e não elegíveis não constituem, isoladamente, uma estimativa do efeito do Programa, pois os grupos são definidos por critérios administrativos e podem diferir em aspectos que a pesquisa não mediu. Do mesmo modo, declarar que o benefício incentiva a frequência expressa uma percepção do respondente, não uma prova de impacto causal.

3.3 Juventudes, escola e projetos de futuro

Krawczyk (2011) destaca a necessidade de compreender o ensino médio em relação às juventudes e às condições concretas de escolarização. Os sentidos atribuídos à escola se relacionam às expectativas de futuro, às possibilidades percebidas e às experiências vividas pelos estudantes. Por isso, a permanência não deve ser interpretada apenas como resultado de uma decisão individual ou de um incentivo econômico: ela se constrói em meio a condições materiais, relações institucionais e projetos pessoais.

No contexto desta pesquisa, as referências à universidade, ao projeto de vida, ao emprego, à família e à própria escola permitem observar que os estudantes apontam diferentes razões para continuar estudando. O Pé-de-Meia aparece nesse conjunto, mas não ocupa necessariamente o mesmo lugar para todos. O pertencimento e o acolhimento também merecem atenção, porque expressam dimensões da experiência escolar que não são captadas apenas pelos percentuais de frequência ou pelas médias acadêmicas.

ISSN: 2358-8829

O referencial, portanto, orienta uma leitura articulada: o incentivo financeiro é analisado como parte de uma política pública; a frequência e as notas são tratadas como indicadores distintos; e as respostas dos estudantes são consideradas percepções sobre suas experiências e expectativas. Essa articulação permite descrever convergências e tensões sem converter associação em causalidade ou percepção em resultado comprovado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL DA BASE ESCOLAR E SITUAÇÃO DE ELEGIBILIDADE

A base reuniu 313 estudantes: 198 (63,3%) classificados como elegíveis, 50 (16,0%) como não elegíveis e 65 (20,8%) sem informação. A categoria S/INFO foi mantida separadamente, pois ausência de informação não equivale a inelegibilidade.

Tabela 1 – Situação de elegibilidade dos estudantes

Situação	Nº de estudantes	Percentual
ELEGÍVEL	198	63,3%
NÃO ELEGÍVEL	50	16,0%
S/INFO	65	20,8%
Total	313	100,0%

Fonte: elaboração dos autores a partir da base escolar de 2026.

A presença de 65 registros sem informação constitui ponto de atenção para a gestão dos dados, sem permitir inferir, a partir da planilha, as causas da ausência de classificação.

3.2 FREQUÊNCIA ESCOLAR: ESTABILIDADE INICIAL E QUEDA EM MAIO

A frequência média foi de 88,0% em fevereiro, 88,1% em março, 88,8% em abril e 83,6% em maio.

Tabela 2 – Frequência escolar por mês

Mês	Frequência média	Estudantes abaixo de 80%
Fevereiro	88,0%	65
Março	88,1%	72
Abril	88,8%	52
Maio	83,6%	102

Fonte: elaboração dos autores a partir da base escolar de 2026.

O principal achado é a queda de maio: a média caiu 5,2 pontos percentuais e o número de estudantes abaixo de 80% praticamente dobrou em relação a abril. O dado não permite atribuir a mudança ao Programa ou a um único fator, mas sinaliza um período crítico para investigação e intervenção.

ISSN: 2358-8829

Entre os 198 elegíveis, 100 apresentaram frequência igual ou superior a 80% nos quatro meses; 56 tiveram média dos quatro meses inferior a 80%; e 73 estavam abaixo de 80% em maio.

Tabela 3 – Frequência dos estudantes elegíveis

Indicador	Resultado
Elegíveis	198
Elegíveis com frequência ≥80% nos quatro meses	100
Elegíveis com média de frequência <80%	56
Elegíveis abaixo de 80% em maio	73
Frequência média dos elegíveis	86,2%

Fonte: elaboração dos autores a partir da base escolar de 2026.

Esses resultados mostram que o incentivo convive com situações de infrequência que exigem acompanhamento contextualizado.

3.3 ELEGIBILIDADE, FREQUÊNCIA E DESEMPENHO ACADÊMICO

Dos 313 registros, 310 apresentavam nota numérica utilizável. A média geral foi 6,83; entre elegíveis, 6,77; não elegíveis, 7,52; e sem informação de elegibilidade, 6,46.

Tabela 4 – Média do primeiro trimestre por situação de elegibilidade

Situação	Registros com nota válida	Média
Elegíveis	198	6,77
Não elegíveis	49	7,52
Sem informação	63	6,46
Total	310	6,83

Fonte: elaboração dos autores a partir da base escolar de 2026.

A diferença de 0,75 ponto entre elegíveis e não elegíveis é descritiva e não pode ser interpretada como efeito do Pé-de-Meia. A elegibilidade decorre de critérios específicos e pode estar associada a condições sociais que também atravessam as experiências de aprendizagem. Como destaca Krawczyk (2011), o ensino médio é atravessado por dimensões sociais, econômicas, culturais e institucionais. Assim, o incentivo financeiro pode favorecer condições de permanência sem produzir, por si só, aprendizagem.

3.4 FREQUÊNCIA E APRENDIZAGEM: ASSOCIAÇÃO ENTRE DUAS DIMENSÕES DISTINTAS

A média de frequência dos quatro meses apresentou correlação positiva moderada com a média acadêmica: $r \approx 0,54$ na base válida e $r \approx 0,52$ entre os elegíveis. Trata-se de associação descritiva, não de causalidade.

ISSN: 2358-8829

Entre os 197 elegíveis com dados válidos, 131 apresentaram frequência ≥80% e média ≥6,0; 33 tinham frequência <80% e média ≥6,0; 10 tinham frequência ≥80% e média <6,0; e 23 reuniam frequência <80% e média <6,0.

Tabela 5 – Elegíveis segundo frequência e desempenho

Grupo	Nº de estudantes
Frequência ≥80% e média ≥6,0	131
Frequência <80% e média ≥6,0	33
Frequência ≥80% e média <6,0	10
Frequência <80% e média <6,0	23
Total com dados válidos	197

Fonte: elaboração dos autores a partir da base escolar de 2026.

Os 23 estudantes do último grupo constituem prioridade para ações articuladas. Os 10 com frequência adequada e baixo desempenho mostram, por outro lado, que presença não garante aprendizagem. Já os 33 com baixa frequência e desempenho adequado requerem atenção preventiva.

3.5 A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O PÉ-DE-MEIA

O questionário foi respondido por 103 estudantes: 70 (68,0%) declararam-se beneficiários, 24 (23,3%) não beneficiários e 8 (7,8%) não souberam informar. Entre os fatores associados à permanência, universidade, projeto de vida e emprego apareceram mais frequentemente do que o próprio Programa.

Tabela 6 – Fatores associados à permanência segundo os estudantes

Fator	Nº de menções
Universidade	33
Projeto de vida	26
Emprego melhor	14
Pé-de-Meia	9
Família	8
Escola	3
Outros	10

Fonte: elaboração dos autores a partir do questionário aplicado aos estudantes.

O resultado indica que o Pé-de-Meia é reconhecido como recurso importante, mas a permanência também é orientada por expectativas de futuro. Essa evidência dialoga com Charlot (1996; 2000), para quem a relação com a escola e com o saber envolve sentidos construídos pelo sujeito em sua relação com o mundo, os outros e consigo mesmo.

3.6 INCENTIVO À FREQUÊNCIA E PERMANÊNCIA: RECONHECIMENTO E LIMITES

Entre beneficiários, a média de concordância com a afirmação de que o Pé-de-Meia incentiva a frequência foi 4,60, em escala de 1 a 5; entre não beneficiários, 4,00. Quanto à contribuição para a permanência, as médias foram 4,47 e 3,75. Para a afirmação de que continuariam frequentando sem o Programa, as médias foram 4,09 entre beneficiários e 4,58 entre não beneficiários.

Tabela 7 – Percepção sobre o papel do Pé-de-Meia

Indicador	Beneficiários	Não beneficiários
Incentiva a frequência	4,60	4,00
Contribui para a permanência	4,47	3,75
Continuaria frequentando sem o Programa	4,09	4,58

Fonte: elaboração dos autores a partir do questionário aplicado aos estudantes.

Os dados mostram reconhecimento do incentivo, mas impedem uma leitura linear: o estudante pode considerar o benefício importante e, simultaneamente, afirmar que continuaria estudando sem ele. Ball, Maguire e Braun (2012) ajudam a compreender essa variação ao enfatizar que políticas são vivenciadas de formas distintas nos contextos concretos.

3.7 PERTENCIMENTO, ACOLHIMENTO E SENTIDO DA ESCOLARIZAÇÃO

Entre os respondentes, 68% atribuíram notas 4 ou 5 ao sentimento de pertencimento à escola e 82,5% atribuíram notas 4 ou 5 ao acolhimento pelos professores. Esses resultados reforçam a dimensão relacional da permanência.

Charlot (1996; 2000) permite compreender que a mobilização escolar depende dos sentidos atribuídos à experiência educativa, enquanto Krawczyk (2011) situa a escola de ensino médio em meio às expectativas e às mudanças vivenciadas pelas juventudes. O incentivo financeiro pode reduzir determinadas barreiras materiais, mas sua experiência é mediada pelas relações, pelo reconhecimento, pela aprendizagem e pelas perspectivas de futuro.

3.10 TRIANGULAÇÃO DOS ACHADOS E IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO

A triangulação evidencia três achados centrais. Primeiro, há convergência entre os dados objetivos e as percepções: os beneficiários reconhecem o Pé-de-Meia como incentivo à frequência e à permanência, embora isso não permita inferir causalidade. Segundo, persistem situações de infrequência entre elegíveis: 73 estavam abaixo de 80% em maio e 23 apresentavam simultaneamente média de frequência inferior a 80% e

ISSN: 2358-8829

desempenho inferior a 6,0. Terceiro, a permanência é sustentada por uma rede mais ampla de fatores: universidade, projeto de vida, trabalho, família, pertencimento e acolhimento.

Os resultados aproximam-se de Ball, Maguire e Braun (2012), para quem as políticas são colocadas em ação em contextos específicos. No caso estudado, isso envolve acompanhamento da frequência, comunicação com estudantes e famílias, qualificação dos registros e intervenções pedagógicas. Os 65 estudantes sem informação de elegibilidade não permitem identificar a causa da ausência de classificação, mas reforçam a importância da qualidade dos dados para a gestão da política.

A análise por etapa também aponta prioridades: o 2º ano apresentou a menor frequência média (82,6%) e a menor média acadêmica (6,72), seguido do 3º ano, cuja frequência foi 84,6%; o 1º ano apresentou 90,6% de frequência e média 6,90. Esses dados são descritivos e recomendam acompanhamento diferenciado, especialmente em períodos críticos e na transição para a conclusão do ensino médio.

Para a gestão escolar, os achados indicam quatro frentes articuladas: (a) monitoramento sistemático da frequência, sobretudo dos 73 elegíveis abaixo de 80% em maio; (b) acompanhamento pedagógico dos estudantes com presença adequada e baixo desempenho; (c) busca ativa dos estudantes com infrequência persistente; e (d) intervenção integrada sobre os 23 estudantes que combinam baixa frequência e baixo desempenho. O incentivo financeiro, portanto, deve ser articulado ao acompanhamento pedagógico, à busca ativa, ao acolhimento e à construção de projetos de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu compreender o Programa Pé-de-Meia como uma política que incide sobre uma dimensão importante das condições de permanência no ensino médio, mas cuja relação com as trajetórias escolares não pode ser reduzida ao incentivo financeiro. A base reuniu 313 estudantes: 198 elegíveis, 50 não elegíveis e 65 sem informação de elegibilidade. A existência de 20,8% de registros sem classificação reforça a importância da qualidade e da atualização dos dados para o acompanhamento da política.

A frequência média geral foi de 87,1% no período analisado e de 86,2% entre os elegíveis. Houve estabilidade entre fevereiro e abril, seguida de queda em maio: a média mensal passou de 88,8% para 83,6%, enquanto o número de estudantes abaixo de 80%

ISSN: 2358-8829

passou de 52 para 102. Esse movimento não permite afirmar falha ou efeito do Programa; demonstra, sobretudo, que o incentivo não elimina as múltiplas condições que interferem na frequência.

A média acadêmica dos elegíveis foi 6,77, ante 7,52 entre os não elegíveis. A diferença não pode ser atribuída ao Pé-de-Meia, pois a elegibilidade decorre de critérios específicos e o estudo não possui desenho experimental ou longitudinal. A correlação entre frequência e desempenho ($r \approx 0,54$) indica associação positiva moderada, mas não causalidade. Entre os elegíveis com dados válidos, 23 reuniram baixa frequência e baixo desempenho, constituindo prioridade para ações articuladas.

As respostas de 103 estudantes acrescentaram uma dimensão fundamental: os beneficiários atribuíram médias de 4,60 ao incentivo à frequência e 4,47 à contribuição para a permanência, mas universidade, projeto de vida e emprego foram mencionados mais frequentemente como razões para continuar estudando. O resultado dialoga com Charlot (1996; 2000), ao evidenciar que a relação com a escola e com o saber envolve sentidos e mobilizações construídos pelos jovens. Pertencimento e acolhimento também apareceram como dimensões relevantes, reforçando que permanência não se reduz à presença registrada.

Krawczyk (2011) permite situar esses achados nos desafios sociais, culturais e institucionais do ensino médio, enquanto Ball, Maguire e Braun (2012) ajudam a compreender a política em seu contexto de ação. O principal argumento do estudo é que o Pé-de-Meia deve ser entendido como parte de uma rede de condições de permanência: pode reduzir barreiras materiais e estimular a frequência, mas não substitui práticas pedagógicas, busca ativa, acompanhamento das aprendizagens, acolhimento, pertencimento e construção de projetos de futuro.

É igualmente necessário distinguir elegibilidade de recebimento efetivo do benefício, frequência de permanência e permanência de aprendizagem. Como limites, destacam-se o estudo de uma única escola, o período específico de observação e a ausência, para todos os estudantes, de informações detalhadas sobre renda, motivos das faltas e recebimento efetivo das parcelas. Os resultados não devem, portanto, ser generalizados sem considerar outros contextos.

Recomenda-se o acompanhamento longitudinal da frequência, desempenho, matrícula e conclusão, articulado a entrevistas ou grupos de discussão com estudantes, especialmente aqueles que apresentam baixa frequência e baixo desempenho. Conclui-

se que o Pé-de-Meia constitui estratégia relevante de apoio à permanência, mas sua efetividade depende de sua articulação com as condições concretas de vida dos estudantes, as práticas institucionais da escola e os sentidos que os jovens atribuem à escolarização.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. How schools do policy: policy enactments in secondary schools. London: Routledge, 2012.

BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11901.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14818.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual Sistema Gestão Presente: volume 11. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia. Acesso em: 6 out. 2026.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300006.